



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DO PANTANAL- CPAN
CURSO DE PSICOLOGIA

MARIA EDUARDA COSTA OLIVEIRA

**SOFRIMENTO PSÍQUICO E SOCIAL DE MULHERES PERIFÉRICAS
DESEMPREGADAS**

CORUMBÁ
2025

MARIA EDUARDA COSTA OLIVEIRA

**SOFRIMENTO PSÍQUICO E SOCIAL DE MULHERES PERIFÉRICAS
DESEMPREGADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Psicologia da
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul, Campus do Pantanal, como requisito
para obtenção do título de bacharelado em
Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Catherina
Neumann Figueiredo.

CORUMBÁ

2025

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender a relação entre o desemprego e o sofrimento psíquico e social vivenciado por mulheres periféricas em situação de desocupação que utilizam dos serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na cidade de Corumbá-MS. O estudo é fundamentado na Psicodinâmica do Trabalho e aborda como o desemprego, o trabalho reprodutivo e a falta de reconhecimento são fatores que atravessam a vida de mulheres e impactam no desenvolvimento de sua identidade. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida em cinco encontros com seis mulheres em situação de desemprego, sendo utilizados entrevistas, linhas de trajetória de vida e rodas de conversa como instrumentos de coleta de dados. Os resultados mostram que, mesmo sem vínculo formal, o trabalho doméstico e de cuidado são as atividades centrais na vida das participantes, porém determinados por invisibilidade, sobrecarga e ausência de reconhecimento social. Além disso, foi possível observar que o desemprego acentua o sofrimento psíquico, pois é de caráter coletivo e ético-político, decorrente de um sistema que marginaliza mulheres negras e periféricas, intensificado pela desigualdade de gênero e pela falta de políticas que favoreçam a inserção feminina no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Psicodinâmica; trabalho; sofrimento psíquico; desemprego; gênero.

ABSTRACT

This article aims to understand the relationship between unemployment and the psychological and social suffering experienced by unemployed women from marginalized communities who use the services of the Social Assistance Reference Center (CRAS) in the city of Corumbá-MS. The study is based on the Psychodynamics of Work and addresses how unemployment, reproductive work, and lack of recognition are factors that permeate the lives of women and impact the development of their identity. The qualitative research was developed in five meetings with six unemployed women, using interviews, life trajectory narratives, and group discussions as data collection instruments. The results show that, even without formal employment, domestic and care work are central activities in the lives of the participants, but are determined by invisibility, overload, and lack of social recognition. Furthermore, it was observed that unemployment exacerbates psychological suffering, as it is of a collective and ethical-political nature, stemming from a system that marginalizes Black and marginalized women, intensified by gender inequality and the lack of policies that favor women's inclusion in the labor market.

Keywords: Psychodynamic; work; psychological distress; unemployment; gender.

INTRODUÇÃO

Este artigo é decorrente de uma experiência junto a mulheres em situação de exclusão, vulnerabilidade e injustiça social, as quais se encontram em situação de desemprego. Submetidas a uma lógica neoliberal de utilidade, estas mulheres se encontram em um território, no caso no bairro Cravo em Corumbá-MS, refletindo no contexto sociopolítico e territorial as questões ético-políticas ligadas não só à sobrevivência, mas à uma existência marcada pela opressão tanto racial como de gênero.

Para a compreensão dessa vivência, é necessário, portanto, alinhar o sofrimento psíquico e social não só à situação de desocupação, mas também à própria construção social e das dinâmicas de poder que atravessaram as relações sociais e a vida. Foi, portanto, necessário pensar como a estrutura da sociedade, com sua característica sociopolítica, impacta a subjetividade de mulheres vulneráveis.

Se trabalhar em condições insalubres, em condições inadequadas, sem direitos é nocivo e indigno, quando estão sem nenhum trabalho ou renda sua condição de vida e de saúde é vivenciada com precariedade. Conforme Figueiredo e Nascimento (2015), a sensação de instabilidade e incertezas junto à busca frustrada por emprego, ao longo do tempo, aumenta o sentimento de inutilidade entre as mulheres desempregadas. A exigência de serem mais competitivas na luta pela sobrevivência e o medo de não conseguirem se reinserir torna essas mulheres cada vez mais individualistas e sozinhas, diante do temor de perderem seu poder de compra, seu próprio sustento e de sua família.

Segundo Figueiredo (2020, p.182):

A naturalização da exclusão e da privação de direitos para com os que não correspondem à ética do individualismo desestrutura a solidariedade, degrada a estima social, a honra e a dignidade (Dejours, 2007; Gaulejac, 2007; Honneth, 2008, 2015), reduzindo a capacidade dos que têm emprego em se afetarem diante do esforço interminável de grande parte da população para se manter, sustentar sua família e se tornar visível para a lógica do mercado.

Diogo e Coutinho (2006) apontam que o modelo de sociedade atual, atrelado pela lógica neoliberal, provoca transformações no mundo laboral, ao exigir qualificações cada vez mais elevadas dos trabalhadores, os quais não possuem tempo e recursos de adquirirem as capacitações desejadas pelo mercado de trabalho, assim gerando o desemprego estrutural, a precarização e a perda da valorização da força de trabalho. As autoras afirmam que o trabalho exerce uma posição decisiva no desenvolvimento das pessoas, pois é através dele que o ser humano se afirma como sujeito pertencente a um coletivo.

Entretanto, Marx (1982) afirma que o capitalismo transforma todas as atividades de trabalho em mercadoria, isto é, o trabalhador deve dispor de sua força de trabalho como sua mercadoria, pois passa a ter valor, e para sobreviver, ele precisa vender essa força a alguém que possua os meios de produção, e consequentemente o trabalhador é determinado a produzir mais do que o seu salário, denominando-se em mais-valia¹. Contudo, é fundamental apontar para as condições de opressão do neoliberalismo e seus valores e exigências, os quais

¹ Mais valia de acordo com Marx em *O Capital* (1982, p. 35) refere-se ao valor excedente produzido pelo trabalhador, isto é, acima do valor da força de trabalho. Assim, o capitalista lucra pois compra a força de trabalho por um valor menor do que o valor que ela cria.

recaem sobretudo em mulheres, especialmente as das camadas populares e racializadas, que enfrentam maiores dificuldades de inserção em espaços regulamentados do ambiente laboral.

Para Areosa (2019), a Psicodinâmica do Trabalho oferece uma reflexão sobre a influência do trabalho na saúde mental dos indivíduos, tendo a importância devido às consequências positivas que o trabalho pode provocar nos trabalhadores, ainda que depende de qual forma esse trabalho é organizado socialmente. Assim, a Psicodinâmica do Trabalho, se baseia na concepção da centralidade do trabalho, ou seja, o trabalho deixa de ser entendido pelos fatores negativos, mas também a ser considerado pelos fatores positivos que ele pode proporcionar.

Dejours (2011) e Nunes de Oliveira e Mendes (2014), apontam que o trabalho tem um papel fundamental para a estruturação psíquica, na formação de identidade, sendo, também, central para a socialização, ao dar a possibilidade ao sujeito de desenvolver sua subjetividade. Embora para os autores o trabalho sempre seja caracterizado pelo sofrimento, dada a insuficiência das prescrições idealizadas pela organização do trabalho diante da realidade do trabalho que se apresenta, é exatamente nesta lacuna, entre as falhas das previsões e o trabalho real, que se dá a oportunidade do sujeito desenvolver suas habilidades e inteligência, tornando-se mais capaz, contribuir com a realização do trabalho com sua engenhosidade e ser, com isso, reconhecido pelo seu trabalho.

Para Dejours (2022), trabalhar é preencher a lacuna que existe entre o prescrito e o real, sendo sempre uma prova (Moraes *et al.*, 2015), pois trabalhar pressupõe se defrontar com constrangimentos, limites impostos e obstáculos da realidade, que muitas vezes acarretam experiências de impotência, já que trabalhar não é apenas realizar suas tarefas e sim conviver, cooperar e usar sua inteligência prática e astúcia para lidar com as contradições e incongruências. Por isso, para Dejours (2012), o ato de trabalhar é marcado pelo confronto do sujeito com o real, podendo provocar sentimentos de fracasso e sofrimento, sendo através desse enfrentamento que o sujeito se mostra capaz de ressignificar sua atividade laboral e superar o sofrimento. Logo, trabalhar não é unicamente falhar, mas sim vivenciar o fracasso e superá-lo.

Segundo a Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento é um estado clínico que alerta para uma condição de adversidade, porém não significa, necessariamente, uma infelicidade (Dejours, 1992). Para Nascimento *et al.* (2019), o sofrimento acontece quando o trabalhador se encontra com o real do trabalho, que o leva para um estado de desamparo, pois se depara com a distância entre o que é prescrito e o que é de fato realizado. Em vista disso, Dejours (2012) aponta que o sofrimento pode derivar em duas formações, dependendo da relação

intersubjetiva estabelecida com a organização do trabalho: o sofrimento patogênico e o sofrimento criativo.

Para Dejours (1994), o sofrimento criativo se instaura quando a relação intersubjetiva com a organização do trabalho é favorável e dá liberdade para o sujeito exercer sua inteligência prática e subjetividade a fim de executar seu trabalho. Dessa forma, Bueno e Macedo (2012) indicam que o sofrimento criativo se dá quando o indivíduo se mobiliza para transformar o sofrimento em algo benéfico, favorável à ele. Para isso, dentro da organização do trabalho, o indivíduo precisa encontrar maneiras de atuar e se aproximar de suas próprias ideias, projetos e desejos, diante das imposições organizacionais.

Dejours (2011) aponta para o conceito da mobilização subjetiva, no qual o sujeito, dentro da organização do trabalho, recorre à sua inteligência, capacidades, habilidades, para conseguir realizar seu trabalho e cobrir a lacuna entre o prescrito e o real. Ao conseguir realizar seu trabalho a partir do investimento de sua subjetividade, consegue dar sentido e se realiza, encontrando prazer naquilo que faz. Dessa forma, o indivíduo, após ter contribuído na realização de suas responsabilidades e ter disponibilizado esforços de inteligência e criatividade para enfrentar as dificuldades, frustrações e pressões, espera ser retribuído na forma de gratificação simbólica, através do reconhecimento, sendo, então, capaz de sublimar.

O reconhecimento no mundo laboral é o fator que dá sentido aos esforços dos trabalhadores e é estabelecido através dos julgamentos do trabalho realizado, ou seja, através da avaliação do outro, seja o chefe, colegas de trabalho, clientes ou, até mesmo, pela gestão institucional. O julgamento de utilidade remete ao reconhecimento do valor do trabalho que alguém realiza, do ponto de vista da sua utilidade, de quanto vale esse serviço para a organização do trabalho, ou seja, é proferido por superiores, caracterizado pelo o que se denomina de linha vertical (Dejours, 2011).

Já o julgamento de estética, que diz respeito ao reconhecimento qualitativo da maneira como o trabalho é feito, da criatividade e da qualidade do serviço, é proferido na linha horizontal, ou seja, é o reconhecimento feito por pares, colegas e membros da equipe (Dejours, 2011). Este reconhecimento é essencial para a construção da identidade, para o fortalecimento do coletivo profissional e para a promoção da saúde mental. Contudo Marx (2004), ressalta a alienação no contexto capitalista, no qual o trabalho deixa de ser uma atividade livre voltada ao criar, para algo externo e dependendo do contexto, se torna hostil para os trabalhadores. Assim, para o autor, o trabalhador se realiza no criar, transformando a natureza, porém o trabalho alienado impede essa realização, e conseqüentemente perde sua capacidade de se reconhecer como um sujeito criador.

Dejours (1994) ressalta que o trabalho atua como um mediador de saúde, quando o ambiente e as relações sociais de trabalho se mostram nocivas, e é impossível do sujeito reverter o sofrimento imposto por pressões, frustrações, constrangimentos ou violências, assim, recursos defensivos são construídos e partilhados no coletivo para que o trabalho aconteça. Isso porque, conforme Santos e Figueiredo (2020), “a frustração por buscar reiteradamente soluções sem obter reconhecimento vai aos poucos minando os recursos para a mobilização subjetiva e dificulta a instauração da identidade profissional” (p. 219). Para as autoras, nesta condição, ao se sentir impotente para transformar o trabalho a partir de suas capacidades, afetos e inteligência, os indivíduos lançam mão das estratégias coletivas inconscientes, as quais diminuem a percepção da ansiedade que aparece no trabalho, mantendo inconscientes os aspectos organizacionais que impulsiona o sofrimento.

A conduta adotada, seja o compartilhamento de ideologias, reações, normas e crenças, é decidida entre os membros do grupo, quando não existe possibilidade de transformação da organização do trabalho e quando todas as iniciativas de resistir aos próprios impulsos em busca de prazer já foram realizadas sem sucesso (Moraes, 2013). Este sistema defensivo atua para fortalecer os laços sociais e para conservar uma normalidade enigmática, sem, contudo, proporcionar ações de transformação da organização do trabalho.

Segundo Medeiros, Martins e Mendes (2017), as estratégias protetivas estão baseadas no mecanismo da racionalização de esquemas de satisfação, tendo ligação com o desejo e a sublimação; as de adaptação se fundamentam na negação das aflições e na repressão do desejo, decorrendo em aceitação da organização do trabalho, e a defesa da exploração, na qual o sujeito se aliena para o alcance de metas institucionais, mesmo não aceitando conscientemente essa imposição (Medeiros; Martins; Mendes, 2017).

Segundo Moraes *et al.* (2015), o trabalho é central na vida humana, tendo o potencial tanto de desencadear doenças, patologias e sofrimento, quanto de ser um elo intermediário nos processos de saúde, nunca sendo neutra a relação intersubjetiva com a organização do trabalho (Dejours, 1992). Para a Psicodinâmica do Trabalho, a construção e fortalecimento da identidade profissional, a partir do reconhecimento e da possibilidade de ressignificar o sofrimento, favorece a saúde mental. Dejours (2011) destaca que é através do “olhar do outro” que este sujeito é constituído, ou seja, a relação entre a identidade e trabalho sofre uma mediação, neste caso, o outro, que desempenha o papel de julgar o reconhecimento, compartilhando diferenças e semelhanças nas situações do cotidiano dentro no ambiente de trabalho, e que faz ser possível a construção da identidade, seja ela individual, social e coletiva.

Em relação à isso, Dejours (2007) menciona que quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se ou quem não consegue se reempregar passa pelo processo de dessocialização progressivo e, conseqüentemente, sofre. As vítimas do desemprego compartilham o sentimento de medo, em razão à ameaça de exclusão ao perder seus vínculos sociais no trabalho, como também vão, aos poucos, perdendo seu lugar social no mundo, situação que afeta negativamente a saúde e se reflete na estrutura da identidade do sujeito.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), o desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão ocupadas, mas que estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. De acordo com a metodologia utilizada pelo IBGE, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (IBGE, 2025) contabilizou, no primeiro trimestre de 2025, cerca de 7,7 milhões de desempregados (desocupados) no Brasil, o que se refere à taxa de desemprego de 7%. Já no segundo trimestre de 2025, a taxa de desemprego caiu para 5,8%, o que se refere à 6,3 milhões de desempregados, cerca de 1,3 milhão a menos que no trimestre anterior (queda de 17,9%).

Segundo a PNADC (IBGE, 2025), a taxa de desocupação em Mato Grosso do Sul foi de 4% no primeiro trimestre de 2025. Esse registro mostra que o Estado ficou na 6º menor taxa de desocupação do país. Ainda no primeiro trimestre de 2025, a população do Estado era de 2.868.000 pessoas, contando com 79,4% em idade de trabalhar, dentre as quais 1.446.000 (63,4%) participavam da força de trabalho, empregadas ou buscando emprego, 58.000 (3,7%) estavam desocupadas², enquanto 1.388.000 (60,9%) estavam ocupados³. No quadro de ocupados, 965.000 (69,5%) estavam no mercado formal e 423.000 (30,5%) no informal. Além do mais, a taxa de subutilização da força de trabalho, que engloba pessoas desocupadas, subempregadas ou desalentadas (desistiram de procurar emprego), foi de 9,8%, configurando-se 281.000 pessoas.

Já no segundo trimestre de 2025, os dados do IBGE (2025) mostram uma queda de 4% para 2,9% no índice da taxa de desocupação no Mato Grosso do Sul, colocando o Estado entre os quatro com menor desemprego, ficando atrás apenas de Santa Catarina (2,2%), Rondônia (2,3%), e Mato Grosso (2,8%), havendo 42 mil pessoas desocupadas e 1,434 milhão empregadas, 46 mil a mais do que no trimestre anterior. Em termos de gênero, no primeiro trimestre de 2025, quando a taxa de desocupação da população em idade para trabalhar no Brasil chegou a 7%, esse índice foi de 5,7% para os homens e 8,7% para as

² Desocupadas são as pessoas sem trabalho que tomaram medidas efetivas para consegui-lo, e estão disponíveis para assumir (IBGE, 2024).

³ Ocupadas são as pessoas que trabalharam pelo menos uma hora em trabalho remunerado, ou em trabalho sem remuneração, mas que contribuem para a atividade econômica familiar (IBGE, 2024).

mulheres; no segundo trimestre de 2025, quando a taxa de desocupação chegou a 5,8%, estavam 4,8% dos homens e 6,9% das mulheres em situação de desemprego (IBGE, 2025).

Dados do segundo trimestre de 2025, da PNADC (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2025), revelam que a população negra correspondia a 56,4% da população brasileira, ou seja, mais de 120 milhões de pessoas, nos quais mulheres (23,9 milhões) e homens negros (32,8 milhões) eram a maioria entre os ocupados, trabalhadores informais e desempregados. Com isso, os dados mostram que no contexto nacional a taxa de informalidade desta população se dá por 39% das mulheres e 42% dos homens, que trabalham sem carteira assinada e não contribuem com a Previdência Social. Já a taxa de desocupação, a população negra se encontra sendo a maioria entre os desempregados, fator marcado por 6,5%. No entanto, as mulheres, 8,0%, totalizando 4 milhões de pessoas negras desocupadas (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2025).

No estado de Mato Grosso do Sul, a população negra era maioria (56,4%), mas continuava recebendo salários menores, mesmo com ensino superior completo, além de ser a maioria entre trabalhadores sem proteção social. Além disso, as taxas de informalidade para homens e mulheres se diferem, pois, o índice para os homens é de 31%, enquanto das mulheres, 33% (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2025).

Os dados demonstram um contexto social, econômico e político ligeiramente desfavorável às mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em que o acesso a empregos estáveis, com direitos, se mostra desigual para homens e mulheres. Além de participarem menos no mercado de trabalho formal, as mulheres tendem a ter um salário comparativamente menor ao dos homens, mesmo que exerçam as mesmas atividades que eles (Brasil, 2025). No geral, a parcela de participação na força de trabalho tende a ser menor entre as mulheres devido à inserção tardia no mercado e à divisão desigual dos cuidados e afazeres domésticos, razão esta que torna mais complexo encontrar trabalho para o gênero feminino no território brasileiro, sendo a taxa de desocupação de mulheres delimitada em 8,6% no segundo trimestre de 2024, maior que a dos homens, que registram 5,6% (Brasil, 2025).

De acordo com Melo *et al.* (2009), as condições de vida entre mulheres e homens são fruto de construções sociais, que têm como base o trabalho, e este se manifesta através da divisão social e sexual do trabalho. A divisão sexual permeia os diversos setores de trabalho, fato que indica a maioria dos homens exercendo o chamado “trabalho produtivo”, trabalho no qual é reconhecido pelo mercado de trabalho capitalista, e que possui uma significação para o

sujeito. Já as mulheres continuam sendo responsáveis pela maior parte das tarefas reprodutivas, que, por não terem reconhecimento social e econômico, são subestimadas e invisíveis.

Segundo Figueiredo (2008), o mercado de trabalho no Brasil apresenta desigualdades de gênero que persistem e são expressivas, agravando as condições de trabalho das mulheres devido à condensação da mão-de-obra feminina em locais de trabalho mal remunerados, condições precárias e organização rígida. Em relação ao desemprego estrutural, surgem trabalhos instáveis, sendo eles os terceirizados, trabalho domiciliar e os temporários, que são caracterizados pela baixa remuneração, baixas condições de trabalho e ausência de benefícios. Estes são destinados à parcela feminina da população, a mais exposta aos tipos de trabalho instáveis e precários (Figueiredo, 2008). Consequentemente, esses fatores acabam levando mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica a buscarem os serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

De acordo com Assis *et al.* (2024), o CRAS é uma instituição que tem como objetivo assegurar a proteção e atendimento integral à família, acompanhamento do grupo familiar para emancipação, e busca de direitos dentro da sociedade capitalista. Neste caso, o CRAS presta assistência a pessoas em situação de precariedade social, que inclui as mulheres, minorias étnicas e indivíduos de baixa renda, sem trabalho regular, que comprovam suas condições para terem acesso aos benefícios garantidos pelo governo.

Nesse sentido, este trabalho, fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica⁴ com fomento do Programa PIBIC-CNPq, teve como objetivo geral compreender as vivências de mulheres desempregadas que acessam os serviços do CRAS II, na cidade de Corumbá - MS. Considerando o sofrimento ético-político, social e psíquico de estarem à margem do mercado de trabalho, esta pesquisa teve como objetivos específicos entender os sentimentos, e situações sociais geradores de sofrimento na desocupação; identificar como os diferentes sistemas de opressão (racismo e gênero) atuaram durante a trajetória ocupacional, inclusive na situação de desemprego; e identificar como essas mulheres resistiram subjetivamente ao sofrimento no trabalho e no desemprego. Além disso, o estudo se justifica pela necessidade de compreensão do sofrimento psíquico e social vivenciado por mulheres periféricas desempregadas, atravessadas por desigualdades econômicas, de gênero e de raça, salientando como o desemprego impacta em seus cotidianos.

⁴ Iniciação Científica, realizada com o apoio do Programa PIBIC-CNPq, cujo título se dá por: “Sofrimento psíquico de pessoas desempregadas: a escuta em grupos sob a análise da Psicodinâmica do Trabalho”, realizada no período de setembro de 2024 a agosto de 2025.

METODOLOGIA

Buscando seguir a clínica da inclusão proposta por Figueiredo (2020), esta estratégia de intervenção ocorreu mediante a fala compartilhada e foi composta pelas etapas de pesquisa inicial e ação. Considerando que o ambiente de trabalho é marcado por relações de poder cujo funcionamento disciplinar acentua a experiência real do desemprego e aumenta o sentimento de desamparo, e fragilizam a identidade coletiva da classe trabalhadora, o espaço de discussão teve como meta entender a situação vivida e provocar sua transformação, buscando oferecer às participantes, condições para atribuir sentido aos sintomas clínicos de sofrimento.

Na busca por fortalecer o grupo para resistir à servidão imposta pelo sistema neoliberal, as sessões priorizaram a fala do sujeito, um fator de mediação entendido por Dejours (1992) não só como um conjunto de palavras, mas sim como um ato; ou seja, trata-se de uma pesquisa-ação que propicia ao grupo pensar e refletir sobre a situação em relação às suas vidas e o trabalho e, neste caso, a falta dele. Também é no grupo que é possível desvendar os mecanismos individuais e as estratégias de defesa coletivas usadas para resistir subjetivamente aos empregos precários e ao desemprego.

Merlo e Mendes (2009) apontam o coletivo como a característica fundamental da Psicodinâmica do Trabalho, ou seja, a Clínica Psicodinâmica do Trabalho visa o coletivo de trabalho e não um único indivíduo, com o intuito de buscar mediações voltadas para a análise da organização do trabalho à qual os indivíduos estão alocados. Neste caso, tratando-se da situação de desemprego, e considerando o sofrimento ético-político resgatado para a compreensão das vivências, este trabalho buscou identificar como as condições sociopolíticas afetaram as trajetórias profissionais.

Para Tumolo e Tumolo (2004), a condição de desemprego interfere na vida de quem está desempregado como um todo, pois mesmo nos momentos em que o sujeito não está realizando atividades específicas de busca pelo emprego, ele está cercado com a situação do desemprego, e consequentemente, a condição de desemprego desencadeia o sofrimento e preocupações que irão interferir em suas atividades habituais, afetando as relações interpessoais.

Procedimentos:

A etapa inicial com as participantes foi o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e após isso a aplicação de um roteiro de entrevista.

Entrevista individual que serviu como uma triagem. Por meio deste procedimento foi feito o levantamento de dados das participantes, e continha questões como: idade, nacionalidade, gênero, autodeclaração de cor/raça, escolaridade, se estava cursando algo, informações sobre a casa em que vive e com quem vive, renda, se recebe algum auxílio social, se realizou atividade de trabalho nos últimos anos, a situação de trabalho atual, se em desemprego, há quanto tempo estava em busca de um emprego formal, as dificuldades que encontra para as vagas ofertadas, dizer sobre as experiências e sentimentos gerados pelo desemprego atual, se possui apoio familiar ou comunitário para enfrentar a situação de vida atual. Em seguida foi aplicada a Escala de sofrimento, no qual foi delimitado de 1 a 5 (1-nunca; 2-raramente; 3-às vezes; 4-frequentemente; e 5-sempre) e o número que melhor corresponde à frequência que o participante experimenta cada situação.

Instrumentos:

Entrevistas coletivas: As entrevistas coletivas são uma metodologia central na abordagem clínica da Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Christophe Dejours. As entrevistas coletivas são um método clínico e de pesquisa fundamental que reconhece a saúde mental dos trabalhadores como um assunto ligado às suas próprias vivências e à possibilidade de ação coletiva sobre o real do trabalho. Elas são utilizadas como uma ferramenta de investigação e intervenção para acessar a dimensão subjetiva e coletiva das vivências de prazer e sofrimento no ambiente de trabalho. A partir das entrevistas é possível acessar o trabalho real e entender as pressões e a organização do trabalho em profundidade; identificar a construção de estratégias coletivas de defesa; assim como ajudar a transformar o sofrimento em prazer, pois a expressão e o compartilhamento de vivências reconhecidas coletivamente auxiliam na elaboração de soluções conjuntas. Ao longo das entrevistas houve supervisão frequente no Laboratório de Saúde Mental do Trabalhador.

Roda de conversa: a organização do encontro foi feita através da roda de conversa, instrumento que proporciona o diálogo coletivo para compartilhar vivências, refletir sobre o trabalho exercido no passado, o desemprego e o cotidiano. De acordo com Moura (2014), o indivíduo é sempre um narrador em potencial, pois na realidade ele não relata de forma isolada, e sim retoma à discursos, lembranças de outras pessoas, que se conectam às suas no processo de recordação e de interação social. Neste contexto, o discurso narrativo, constitui-se como uma elaboração coletiva, sendo fundamental para o pesquisador, durante a

coleta de informações, compreender o atravessamento das memórias individuais e culturais de cada participante.

Linha da vida/linha do tempo: foi o recurso gráfico em que cada participante registrou sua trajetória de vida, iniciando pelo ano de nascimento, primeiro emprego, casamento, nascimento dos filhos e situação ocupacional atual. Em relação a esse instrumento, Kerkhoff (2015) aponta que essa prática possibilita compreender a maneira como cada pessoa vive e se transforma, como também entender a importância das relações e aspectos que trazem significado na vida do sujeito. Nesse instrumento se faz possível verificar como a história de cada indivíduo se remete ao contexto social e cultural que ele está inserido, ressignificando sua subjetividade por meio da narrativa. Neste caso, as histórias de vida tiveram a finalidade de reunir a relação do passado do indivíduo com o presente, resultando em novas possibilidades de futuro, possibilitando a identificação e reflexão sobre as estruturas e heranças familiares, capazes de serem observadas não só pelas informações transcritas nas folhas, como também pelos vazios encontrados nas narrativas (Braz, 2021).

Perguntas norteadoras:

As questões norteadoras dos encontros direcionadas às participantes se voltaram para a exploração de suas experiências, baseadas em compreender como foram suas trajetórias profissionais, desde as primeiras experiências até os momentos mais marcantes e que trouxeram maior realização e reconhecimento; o que o trabalho representa à elas e como ele influencia em suas vidas; de que forma seus sentimentos foram afetados pelo desemprego, como também a maneira como elas se enxergam; como seria o trabalho ideal para elas e o que esse trabalho precisaria oferecer para trazer realização pessoal e profissional; além da reflexão sobre suas histórias, escolhas de vidas que consideram importantes para a compreensão de quem são na atualidade.

Encontros:

Foram realizados cinco encontros com as mulheres em situação de desemprego no Centro Comunitário do Cravo, localizado no bairro Cravo Vermelho, da cidade de Corumbá-MS. A faixa etária delas se delimita entre 24 a 62 anos de idade, sendo todas elas mulheres cisgênero, pardas e pretas, que utilizam os serviços do CRAS, porém por motivos

de localização e locomoção, os encontros ocorreram no Centro Comunitário, no período de março a maio de 2025.

Foram realizadas atividades de apresentação das participantes e debatidas questões familiares e de trabalho, desemprego, cotidiano e trabalho doméstico, sonhos interrompidos e expectativas para o futuro. Neste Centro Comunitário foi presenciado dificuldades relacionadas à infraestrutura do local, quanto à dificuldades materiais. Fatores como falta de cadeiras e mesas para as participantes, a limpeza do local não ocorria com frequência, sendo observado acúmulo de terra no local de realização dos grupos, (por se tratar da área externa), quanto acúmulo de poeira nos cômodos, impossibilitando que a realização dos grupos ocorresse na área interna da estrutura, além de não ter iluminação e ventilação na área interna. Assim, os encontros foram realizados na parte externa, local aberto, porém marcado por ruídos externos.

A cada encontro, as participantes compartilharam vivências pessoais e profissionais, destacando-se tanto as dificuldades, como: falta de oportunidades, precarização, sobrecarga com o cuidado dos filhos, quanto aspectos positivos, sendo eles, aprendizagens, e reconhecimento obtidos no trabalho.

O primeiro encontro do grupo ocorreu no dia 28 de março de 2025, contando inicialmente com a presença de seis mulheres. A proposta desse encontro foi acolher as participantes, apresentá-las ao grupo e destacar como seria a dinâmica, as pautas abordadas, iniciando com uma exploração de suas trajetórias de vida e ocupacionais. Após a apresentação das linhas de vida, o grupo foi convidado a falar sobre o tema central, sendo assim, o trabalho, revelando as dificuldades enfrentadas e o significado simbólico do trabalho, destacando sua importância.

O segundo encontro permitiu um diálogo aprofundado retomando as trajetórias de vida, pois ao recuperar suas histórias, relatos marcados por abdições pessoais, relacionadas aos sonhos, estudos interrompidos, surgiram ao longo do encontro, e posteriormente relataram a presença da sobrecarga de trabalho doméstico dentro do ambiente do lar. As duas participantes começaram a trabalhar ainda na infância, devido às necessidades financeiras da família, envolvendo o trabalho doméstico, babá e cozinha, sempre conciliando com o cuidado da casa, sem apoio.

O terceiro encontro contou com três participantes que destacaram a sobrecarga de trabalho sem reconhecimento e o desejo de trabalhar fora de casa. Contudo, esse desejo é dificultado pela falta de apoio, pela necessidade de cuidar dos filhos e pela dependência financeira do cônjuge.

O quarto encontro contou com quatro participantes, iniciando com a retomada de experiências de trabalho anteriores, incluindo situações de assédio moral e empregos relacionados à limpeza. Em seguida, o diálogo perpassou pelas rotinas domésticas, onde uma vive sozinha com os filhos, e as outras três contam parcialmente com a ajuda do cônjuge, mas a sobrecarga doméstica permanece. Uma das participantes trouxe sua preocupação em relação à saúde de uma familiar, causando acúmulo de responsabilidades no cuidado, sem apoio de parentes nem do cônjuge nas tarefas domésticas. Isso intensificou o debate sobre a divisão desigual do trabalho doméstico e a falta de reconhecimento, marcada por sentimentos de desânimo. Em relação ao que pensam sobre a definição de trabalho ideal, valorizaram estabilidade e salário fixo, e ao refletir sobre a divisão de gênero no mercado de trabalho, reconheceram avanços das mulheres em profissões antes destinadas apenas ao público masculino.

O quinto e último encontro contou com a presença de apenas uma participante, que relembrou sua trajetória, apontando a vontade em trabalhar para ajudar nas despesas da casa e na compra dos materiais escolares da filha. Relembrou sua trajetória laboral, contando sobre seu primeiro emprego como babá dos 12 aos 15 anos de idade, morando na casa da família empregadora. Apesar de ter pouca idade, destaca as boas condições de trabalho que havia nesta casa, porém reconheceu que trabalhava desde cedo para ajudar os pais financeiramente, sem viver plenamente a infância.

Participantes:

As participantes da pesquisa foram mulheres em situação de desemprego/desocupação, residentes em Corumbá-MS. No total, participaram seis mulheres, embora a presença tenha variado ao longo dos encontros (primeiro com 6, no segundo com 2, o terceiro com 3, quarto com 4 e o último com apenas 1). O grupo foi formado a partir da adesão dessas mulheres, todas com experiência de trabalhos anteriores em sua maioria como domésticas, babás, cozinheiras, diaristas ou em serviços de limpeza, além de trajetórias marcadas por abandono escolar precoce, maternidade, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e dependência financeira dos cônjuges.

Perfil das participantes:

Participante A: Mulher de 29 anos, brasileira, se autodeclara preta, e possui Ensino Fundamental Incompleto. Vive em uma casa alugada com o cônjuge e os quatro filhos, trabalha como diarista, recebe Bolsa Família, mas no momento está sem vínculo empregatício formal, apenas no trabalho informal como diarista, e está há um ano em busca de emprego formal. Recebe em torno de 910 reais por mês. Sobre sua experiência e sentimentos gerados pela situação de desemprego após a pandemia (no caso a atual situação de desemprego), diz que sente tristeza, desânimo e preocupação, mas que não desiste. Não tem apoio familiar, além do cônjuge.

Participante B: Mulher de 54 anos, brasileira, se autodeclara preta, e possui Ensino Fundamental Incompleto. Vive em uma casa própria com a filha. Está sem trabalhar, porém recebe 1 salário mínimo por mês, sendo esta renda referente a uma Pensão de Morte, devido ao falecimento do cônjuge. No momento não está procurando emprego. Trabalhou na área de limpeza em supermercado durante 7 anos.

Participante C: Mulher de 44 anos, brasileira, se autodeclara parda, e possui Ensino Médio Incompleto. Vive em uma casa cedida com o cônjuge e a filha. Se diz autônoma/informal, com renda, está em busca de um emprego formal há 10 anos. Recebe Bolsa Família no valor de 650 reais. Encontra dificuldades em trabalhar, pois irá precisar pagar alguém para cuidar da filha, e isso gera gastos. Sente falta de ter seu próprio dinheiro.

Participante D: Mulher de 59 anos, brasileira, se autodeclara parda, e possui Ensino Fundamental Incompleto. Vive sozinha em uma casa própria, cuida da mãe. Recebe auxílio de 400 reais no mês. Não trabalhou nos últimos anos e diz que a idade dificulta conseguir um emprego. Sente falta de não ter estudado, pois se tivesse terminado os estudos poderia conseguir um emprego melhor. Tem o apoio das filhas.

Participante E: Mulher de 62 anos, brasileira, se autodeclara parda, e possui Ensino Médio Incompleto. Vive em uma casa própria como o filho e o cônjuge. Trabalhava como doméstica, e estava totalmente sem trabalho. Recebe Bolsa Família no valor de 550 reais/mês e está há 5 anos em busca de um emprego formal. As dificuldades que encontra para as vagas ofertadas estão relacionadas às suas questões de saúde, que dificultam trabalhar. Tem o apoio da família para enfrentar a situação de vida atual.

Participante F: Mulher de 24 anos, brasileira, se autodeclara parda e possui Ensino Fundamental Incompleto. Vive em uma casa alugada com o cônjuge e o filho. Não recebe auxílio e está totalmente sem trabalhar. Encontra dificuldade em conseguir um emprego, pois quando entrega currículo, não é chamada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trajetórias ocupacionais de mulheres periféricas: trabalho infantil

Entre as mulheres desempregadas, quatro estiveram em situação de trabalho infantil, desenvolvendo atividades de babá e trabalho doméstico, com o discurso de que precisavam ajudar nas despesas familiares condição comum de famílias com poder aquisitivo mais baixo, pois necessitam aumentar a renda familiar, manter a sobrevivência e melhorar as condições de vida (Silva, 2009).

Não corri atrás dos meus sonhos, pois vivi em função da família. Meu primeiro emprego foi sendo babá, um emprego arranjado por uma sobrinha minha (Participante C).

Por causa das dificuldades financeiras, precisei começar a trabalhar desde cedo para ajudar nas despesas da minha família. Já quando adulta, casei cedo, tive meus filhos e trabalho como doméstica até hoje (Participante A).

Em municípios marcados pelo agronegócio, tal situação é bastante comum, havendo famílias que “pegam” as crianças nascidas na fazenda para criá-las na cidade, mas que são usadas desde pequenas como empregadas domésticas e babás. As famílias que ficam na zona rural, por sua vez, enxergam essa situação como uma chance das crianças de estudarem e de serem alguém na vida. Marin (2010) mostra que nas regiões de agronegócio do Brasil, o contexto de pobreza, baixa remuneração dos pequenos produtores leva as famílias que vivem na zona rural a recorrer ao trabalho dos filhos, como maneira de complementar a renda, ou na redução dos custos da sobrevivência familiar. O autor ressalta que essa exploração ocorre de forma naturalizada nessas regiões, onde o trabalho infantil é disfarçado como uma “oportunidade”.

Dos 12 aos 15 anos trabalhei como babá em uma casa de família, tinha boas condições de trabalho, aprendi a cozinhar porque eu poderia ajudar no preparo da comida das crianças que eu cuidava. O trabalho começava às 7h da manhã e terminava à noite. Eu morava durante a semana com essa família e em alguns finais de semana eu visitava minha família (Participante C).

Conforme Silva (2009), o trabalho infantil doméstico é caracterizado por jornadas excessivas de trabalho, pouca remuneração e invisibilidade, pois expõe a criança ou adolescente a riscos, exploração, injustiças e tipos de violências em lugares privados. Sendo assim, o trabalho infantil provoca a perda da infância, como também interfere no desenvolvimento desse sujeito, dificultando nos processos de crescimento e aprendizagem.

Ajudava meus pais, porque eles não tinham condições. Isso que eu falo para meus filhos, eu não tive infância, minha infância foi trabalhar para ajudar meus pais” (Participante B)

Porém, ao mesmo tempo em que lamentavam a exploração na infância, a condição de trabalho infantil era também banalizada. Aderindo ao discurso bastante naturalizado na cidade, o trabalho infantil não era percebido como uma violência, mas como o curso necessário para “subir na vida”, tanto que para elas, as crianças e adolescentes tornam-se socialmente reconhecidos em razão do empenho que demonstram, ao assumir responsabilidades relacionadas ao sustento familiar (Silva, 2009).

Essa percepção de que o trabalho infantil pode ser “bom” ou “formador de caráter” se liga à ideologia meritocrática, que sustenta a ideia de que o sucesso individual depende unicamente do esforço e da força de vontade. É nesse sentido que Pastrello e Silva (2022) afirmam que o trabalho infantil se trata de uma violação que é julgada como virtude social, pois aquilo que deveria ser visto como violência, passa a ser visto como sinônimo de bondade, de caráter e de responsabilidade. Através disso, a exploração não é visível, e à ideologia meritocrática se insere ao atribuir ao indivíduo e à família seu sucesso ou seu fracasso, não conseguindo nomear o trabalho infantil como uma violência, pois devida à ideologia, enxergam o esforço como valor moral, ressaltando cada vez mais a sua naturalização e a banalização.

Nessa perspectiva, o início precoce no trabalho costuma ser idealizado como uma maneira de “aprender a lutar pela vida”, resultando por silenciar as desigualdades estruturais, que obrigam crianças pobres a trabalhar e, naturalizando como se fosse uma oportunidade de crescimento socioeconômico. Assim, a internalização desse discurso acaba por transformar violações de direitos em supostos méritos pessoais, reforçando a crença de que quem começa a trabalhar cedo “vence na vida” apenas pelo esforço próprio, quando na verdade o trabalho infantil é consequência de vulnerabilidade social, não de escolha. Ademais Santos Junior e Choy (2022), apontam que o trabalho infantil priva a criança e o adolescente da convivência familiar e da comunidade, e os impede de brincar, estudar, dos momentos de descanso e lazer,

colocando esses indivíduos à situações de fadiga excessiva, formas de violências, como acidentes de trabalho, trabalho escravo e até exploração sexual.

No Brasil, segundo Silva (2009), o trabalho infantil não é recente e remete ao período colonial e à mão-de-obra escrava. Neste caso, também se utilizava o trabalho de crianças filhas de pessoas escravizadas para aumentar a produção e ganhos do senhorio. Já com o fim da escravidão, problemas sociais surgiram, pois o governo brasileiro não se preocupava em realizar propostas de políticas sociais que protegessem os direitos das pessoas escravizadas recém libertadas, tampouco as crianças e adolescentes tiveram qualquer tipo de apoio. Já no período industrial no Brasil, as crianças não frequentavam as escolas e ocupavam cargos de adultos, porém recebendo uma baixa remuneração, pois o intuito era diminuir os custos da produção e aumentar os lucros, contribuindo para o baixo padrão de vida da classe operária (Silva, 2009). Assim, como aponta Kassouf (2001), a demanda por trabalho infantil é impactada pela estrutura do mercado de trabalho, ou seja, crianças são contratadas por conta do seu baixo custo, por sua vez, embora as crianças e adolescentes percebam o trabalho como algo rentável, ao longo da vida acabam se prejudicando.

Essa situação dificulta a continuidade dos estudos: se entre os adolescentes a frequência escolar é de 90,5%, entre aqueles que têm que se inserir no mercado de trabalho essa porcentagem diminui a 81,8%, demonstrando o impacto do trabalho infantil sobre a formação educacional e a perda da oportunidade de reverter o ciclo de pobreza por causa da injustiça e desigualdade social. Sobre o trabalho infantil doméstico, a PNADC de 2019 (IBGE, 2020) indicava a existência de 52% de crianças e adolescentes que faziam o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, sendo a maior parte meninas (57,5%) entre 16 e 17 anos (77%). As meninas são maioria entre aquelas que trabalham mais do que 6 horas/semana nesta atividade, enquanto os meninos predominam entre os que exercem essa atividade por até 5 horas, condição que afeta o desenvolvimento infantil e impede o acesso ao direito à educação.

Entre as mulheres entrevistadas, a escolaridade entre aquelas que estiveram em trabalho infantil se deu por Ensino Fundamental incompleto e Ensino Médio incompleto. Nesse sentido, Sousa e Alberto (2008), dialogam sobre a falta de escolaridade, que impacta na possibilidade de as pessoas acenderem cargos melhores, com maiores rendas e com maior proteção. O trabalho infantil é, fundamentalmente, uma forma de violência laboral, pois compromete o desenvolvimento físico, psicológico, social e moral de crianças e adolescentes, violando seus direitos fundamentais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022) concordam que a exploração da mão de obra infantil impede o desenvolvimento da criança, causando traumas que podem ser irreversíveis e perpetuar o ciclo de pobreza e exclusão social. Dentre as violências sofridas, destacam-se os acidentes de trabalho, esforços físicos intensos, exposição à violência e abusos (físicos, sexuais e emocionais), que prejudicam a saúde e a vida plena na infância, essencial para a construção de uma vida adulta saudável. A legislação brasileira, alinhada às convenções internacionais como a Convenção nº 182 da OIT, proíbe o trabalho para menores de 16 anos (exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos) e, em particular, as piores formas de trabalho infantil, reconhecendo a gravidade dessa violação de direitos (OIT, 2000).

Lima (2024) acentua que o trabalho infantil ocasiona marcas quando o indivíduo se torna adulto, e pela população negra ser a maioria da população do país em situação de vulnerabilidade, as crianças negras, consequentemente, representam a maior taxa no trabalho infantil. Como um traço estrutural do problema, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Trabalho de Crianças e Adolescentes (IBGE, 2025), indica que desigualdade racial permanece: 66% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são pretos ou pardos, mais do que o dobro do percentual registrado entre brancos. Segundo a PNADC (IBGE, 2025), são 1,650 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil, estando 15,3% entre 16 e 17 anos, dos quais 30% trabalham ao menos 40 horas/semana e 49,2% trabalham ao menos 25 horas/semana.

O trabalho reprodutivo e o desemprego: vivências de sofrimento e resistências

Como afirma Lima (2024), a entrada precoce no mercado de trabalho é naturalizada, especialmente quando se trata do trabalho infantil de crianças negras, herança cultural escravocrata que está na estrutura social e atinge de modo desigual as mulheres negras. Para Lima (2024), essa naturalização distancia a criança negra de sua humanidade, isto é, a sociedade não a reconhece como uma criança que possui seus direitos, sendo conivente com a condição de não sujeito dessas crianças. Já quando adultas, as mulheres negras podem ser representadas, conforme González (1984), por três tipos: a mãe preta, entendida como aquela cuidadora dócil, compreensiva e passiva diante das agressões, a empregada doméstica que serve as famílias com seu trabalho, e a mulata, alvo de desejo e vítima de violência sexual (Nascimento, 2016).

Assim, no transcorrer da vida das mulheres entrevistadas foi constatado a inserção em trabalhos precários, de cuidado, como de babá ou estético, ou aqueles relacionados à afazeres domésticos, como cozinhar e limpar. No decorrer de suas vidas adultas, foram se inserindo em trabalhos como, diarista, auxiliar de limpeza e de cozinha, porém ainda marcados pela precarização. A frase dita pela participante D trouxe a relação com acidente de trabalho:

A rotina trabalhando no restaurante era corrida. Até cortei o dedo com uma faca na hora de cortar as verduras. Eu não tinha apoio dos colegas, e nessa hora do corte não me ajudaram com o ferimento. E eu ainda começava o trabalho às 7 horas da manhã e era liberada às 15 horas da tarde. No horário do almoço, a gente almoçava em pé, a rotina era corrida e a cozinha era muito quente, não tinha ventilação (Participante D).

Uma das falas da participante D revelou que, em seu antigo ambiente de trabalho o fator relacionado a doenças ocupacionais:

Pedi demissão no trabalho de cozinheira porque tenho bronquite, e eu precisava parar o serviço para fazer inalação. Eu ficava incomodada com isso, mesmo com a minha chefe dizendo que não se incomodava que eu fizesse ali no serviço, mas eu sentia incômodo porque sentia que estava atrapalhando meus colegas de trabalho (Participante D).

Já a fala da participante B é marcada pela presença de um trabalho formal:

Já trabalhei com limpeza em supermercado. Nunca fui chamada a atenção na frente das pessoas. Gostava de trabalhar lá, e era um trabalho com carteira assinada (Participante B).

A fala da participante A foi marcada pelo assédio moral cometido pela chefe de seu antigo trabalho no setor de serviços gerais. Embora sempre fizesse seu serviço com primor, era alvo de assédio moral, comum nos ambientes laborais dos dias atuais:

Trabalhei no setor de limpeza em um prédio da cidade e não tive uma boa experiência, porque a chefe me humilhava e os outros funcionários. Aguentei até onde consegui, porque tinha muita pressão e humilhação, mas eu precisava do salário. Acabei pedindo demissão por causa da humilhação (Participante A).

As falas das participantes se remetem ao contexto de precarização e a organização do trabalho, acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, e o assédio moral. A partir do exposto, segundo Dejours (2007), a precarização não é composta somente pelas condições materiais, mas desestrutura a subjetividade do trabalhador, agravando o sentimento de vulnerabilidade e intensificando o sofrimento. Nesse cenário, Lancman et al (2017), afirmam que os processos de precarização do trabalho surgem a partir da crise estrutural do capital e das mudanças no mundo do trabalho, desestruturando o acesso a direitos e a vínculos trabalhistas estáveis a

partir do racionamento dos recursos materiais e da degradação das relações humanas. Contudo, Antunes (2009) destaca a precarização como um dos fatores centrais da reestruturação produtiva, apontando para o capitalismo como intensificador da exploração e a falta de proteção do trabalhador.

Em relação à rotina descrita pela participante que teve seu dedo machucado, o fato de se acidentar no trabalho abrange diversos fatores, como a sobrecarga, o enfraquecimento da cooperação (ao dizer não ter tido apoio dos colegas), a precarização do próprio ambiente de trabalho (por não proporcionar materiais e local adequado para a pausa do horário de almoço), as condições inadequadas de trabalho (como ventilação). Assim, para Dejours (2007), o acidente de trabalho não é visto como um erro do trabalhador, mas sim, uma consequência da organização do trabalho, que impõe ritmos acelerados, que extrapolam os limites de segurança, além de propiciar um ambiente competitivo e isolado, comprometendo os laços sociais do coletivo.

Ademais, ao dizer que sentiu incômodo por atrapalhar os colegas por ter que fazer os procedimentos de cuidado da sua condição de saúde, esse fato revela que a organização do trabalho estabelece que adoecer não é bem visto pelo olhar do coletivo, além de causar culpa diante de sua condição, podendo causar o sofrimento psíquico (Dejours, 2007).

Diante do exposto, a fala da participante B entra em contraste com as demais falas, pois é marcada pelo lado positivo em dizer que gostava de trabalhar no setor de limpeza do supermercado. Neste caso, a participante traz que nunca foi exposta a humilhações, e como trabalhava em um emprego formal, tinha carteira assinada, marcada pela formalização do vínculo empregatício, o que gera segurança ao trabalhador, ao proteger seu trabalho diante da lógica da precarização.

Já o caso da participante (A), sobre o relato de humilhação no trabalho de limpeza se deu através do assédio moral executado pela chefia, causando sofrimento com relação à humilhação exposta aos colegas, como o uso da pressão como instrumento de dominação (Dejours, 1992). Esse sofrimento proveniente do assédio moral, que causa as humilhações, é chamado de sofrimento ético, no qual Dejours (2007), ressalta seu surgimento, quando o trabalhador se depara em aceitar e suportar situações de injustiças, situações que são opostas ao que o trabalhador considera como moralmente aceito dentro do ambiente laboral.

Duas das mulheres entrevistadas, hoje em dia, vivenciam a situação de desemprego, enquanto as outras duas trabalham em empregos temporários, como diaristas e manicure. Além de realizar o trabalho doméstico em suas próprias casas, sozinhas sem a ajuda total dos cônjuges, deixaram de trabalhar para cuidar dos filhos e do ambiente familiar, enfrentando

muitas dificuldades para voltar ao mercado de trabalho e/ou para o ambiente escolar. As mais velhas do grupo (participantes B e D) diziam que se sentiam velhas e, por isso, incapazes de retomar os estudos, como já apontado por Segnini (2003), pois a situação das mulheres entrevistadas mostra como a divisão sexual do trabalho permanece estruturando as trajetórias laborais e educacionais, ainda que o desemprego feminino não pode ser compreendido somente pela falta de trabalho remunerado, mas sim, como resultante da exigência social de que as mulheres tenham que assumir o cuidado da casa, dos filhos e da família em tempo integral.

A interrupção de suas experiências profissionais e dos estudos, produz o sentimento de incapacidade, e mesmo esse sentimento não sendo individual, ele é socialmente estruturado, devido à sobrecarga doméstica, a precariedade dos trabalhos destinados às mulheres, além da falta de cooperação masculina no ambiente do lar, que contribui com a internalização sobre os sentimentos de inadequação e culpa (Segnini, 2003).

No momento da pesquisa as participantes não apresentavam vínculo de trabalho estável. O trabalho que realizavam, e que ainda executam no decorrer de suas vidas, era o trabalho reprodutivo, doméstico e o de cuidar, ainda considerado e entendido como uma forma de trabalho invisível e desvalorizada. Apenas uma delas apresentava trabalho informal como manicure. O trabalho reprodutivo, de acordo com Melo e Castilho (2009), tem valor significativo para o bem-estar do ser humano. Contudo, para se dar reconhecimento social às tarefas domésticas realizadas pelas mulheres, equivale em atribuir valor a essas atividades, porém como não é visto como mercantilizado, é ignorado e desvalorizado pela sociedade, que dele dependem.

A vida é difícil, preciso cuidar dos filhos e sem ter um emprego dificulta a vida, e mesmo tendo um emprego, ao voltar para casa ainda precisaria fazer o trabalho dentro de casa, e cuidar dos filhos. Se não tem emprego, fico em casa (Participante A)

Mesmo quando estavam em algum emprego fora de casa eram as responsáveis pelo trabalho doméstico, o que causava sobrecarga e exaustão e, por vezes, o trabalho doméstico acontecia fora (como domésticas ou babás) e dentro de casa. Como apontado por Fontana e Cestari (2014) a representação da mulher negra é construída a partir do machismo/patriarcado e do racismo, que produz um discurso social onde a mulher negra é destinada ao trabalho pesado e de cuidado, o que explica quando relatam que mesmo quando trabalham como

diaristas e manicure, ainda são responsabilizadas pelos cuidados do lar, indicando que a sobrecarga não é apenas material, mas sim simbólica.

Eu trabalho como manicure, vou na casa das pessoas, mas se não fosse por mim fazer as tarefas da casa e cuidar dos filhos, ninguém faria, porque meu marido não me ajuda (Participante D).

Silva (2025) aponta que, no contexto do lar, a desigualdade de gênero continua presente, de forma constante e silenciosa, devido à naturalização do trabalho doméstico não remunerado, ainda exercido majoritariamente por mulheres. Portanto, a jornada de trabalho experienciada pelas mulheres, que abrange as atividades profissionais remuneradas (quando possuem) e as obrigações domésticas e de cuidado, são entendidas como um fato de caráter estrutural, pois são marcadas pelas constantes e persistentes desigualdades de gênero dentro da sociedade.

Embora o trabalho feminino seja desvalorizado, pode ser entendido como um conjunto de atividades altamente complexas, cheias de competências invisíveis e responsabilidade subjetiva, mas socialmente desvalorizadas. Hirata (2004) define o trabalho feminino como uma construção social marcada simultaneamente por desigualdades históricas, mas, por outro lado, por uma profunda capacidade de mobilização subjetiva.

Hirata (2004) evidencia que a divisão sexual do trabalho mantém a hierarquização entre atividades consideradas “femininas” e “masculinas”, destinando às mulheres funções desvalorizadas, mal remuneradas e associadas ao cuidado, tanto no espaço doméstico quanto no mercado de trabalho. A autora associa este fator com a Psicodinâmica do Trabalho para entender o vínculo entre afetividade e trabalho, ao mostrar que trabalhar “por amor” situa o trabalho doméstico relacionado com a afetividade, trabalho e dominação, e esse trabalhar é um dos mecanismos que fazem com que as mulheres permitam, ainda que involuntariamente, a perpetuação da estrutura desigual de trabalho no lar.

Coelho (2011), enfatiza que casais sem filhos tendem a dividir as tarefas domésticas de forma igualitária. Porém, ao ter os filhos, esse equilíbrio se rompe, e as mulheres são as que geralmente reduzem ou abandonam seu trabalho para cuidar dos filhos, enquanto os homens continuam com suas carreiras. Esse fato reforça a figura de maternidade e cuidados voltados às mulheres, e para o homem a figura de provedor.

Parei os estudos na sétima série, porque eu comecei a namorar e decidi parar de estudar. Quando parei com os estudos acabei engravidando e tive que parar de trabalhar. Eu trabalhava como doméstica, mas aí parei e passei a ficar em casa para cuidar dos filhos (Participante D).

De acordo com Bortoletti *et al* (2021), trabalho doméstico e familiar não remunerado, que recai majoritariamente sobre mulheres negras na sociedade brasileira, é um legado direto e persistente da escravidão. A abolição da escravatura em 1888 não incluiu políticas de integração social ou econômica para a população liberta, que, sem moradia ou acesso à terra, foi forçada a continuar em ocupações de subalternidade, como o serviço doméstico, muitas vezes em troca de moradia e comida. A figura da "mãe preta" ou "mucama" na casa-grande colonial se atualiza na imagem da trabalhadora doméstica atual, que frequentemente enfrenta informalidade, baixa remuneração e a invisibilidade de seu trabalho, reflexos de um ideário colonial e racista que desvaloriza essas funções quando exercidas por mulheres negras. Esse ciclo histórico reforça a ideia de que o trabalho de cuidado é uma obrigação natural e não uma atividade econômica, perpetuando desigualdades estruturais de gênero e raça no Brasil contemporâneo.

Sofrimento e resistência psíquica

As falas das participantes revelam sofrimento ético-político, no qual os sentimentos retratados não são apenas individuais, mas decorrem da exclusão, desigualdade e a perda de reconhecimento social (Bertini, 2014). Sendo assim, os principais sentimentos revelados pelas participantes foram: preocupação e ansiedade por não terem um trabalho formal ("fico preocupada porque não consigo comprar as coisas para casa"); vergonha e culpa, por depender economicamente do cônjuge ("fico com vergonha de pedir dinheiro para meu marido quando quero comprar alguma coisa para mim"); desânimo e sensação de inutilidade por estarem excluídas do mercado de trabalho ("não estar trabalhando não é bom, você ganha se fizer, e às vezes é bom ocupar a mente") e sobrecarga doméstica e invisibilidade do trabalho reprodutivo ("tenho a obrigação de cuidar da casa e ninguém agradece").

Visto isso, Bertini (2014) mostra que o sofrimento ético-político ocorre quando o sujeito perde a percepção de sua ação social e o reconhecimento de sua existência, isto é, as condições de exclusão e desigualdade negam às mulheres a possibilidade de serem reconhecidas como sujeitos. Contudo, Diogo e Coutinho (2006), discutem que o trabalho realizado pelas mulheres desempregadas (neste caso o trabalho doméstico), é visto como uma atividade desvalorizada, subestimada e invisível, ao qual se dá pouca relevância. Entretanto, se trata de uma atividade essencial para a formação social e da totalidade familiar, pois o

trabalho doméstico é responsável por produzir valores para o consumo da família, cooperando para a reprodução da força de trabalho.

Diante do exposto, Silva *et al.* (2022) apontam que o neoliberalismo gera formas de subjetividades determinadas pela culpa, vergonha, e a individualização da responsabilidade social, ou seja, os sentimentos relatados pelas participantes, como preocupação, vergonha e inutilidade, são efeitos subjetivos da lógica neoliberal. Essa lógica desvaloriza as pessoas que não são consideradas produtivas e as culpabiliza pela sua exclusão. Antunes (2009), demonstra, que no capitalismo, a classe trabalhadora vivencia a precarização estrutural, que não é apenas material, mas também subjetiva. Neste caso, para o autor, o neoliberalismo amplia o desemprego, intensifica a instabilidade e fortalece os sentimentos de inutilidade social, ao causar a competitividade e insegurança no espaço de trabalho, e assim, nega o sentido humano e social do trabalho, prejudicando as dimensões centrais da subjetividade.

Embora a existência de sofrimento, as mulheres do grupo resistiam frente à condição de desvalorização. Para a Psicodinâmica do Trabalho, as estratégias são usadas como forma ativa de resistir ao sofrimento, para alcançar um equilíbrio, considerando que as pessoas são ativas para buscar sua saúde mental.

No trabalho sempre precário exercido, foi possível constatar a identificação da Participante C com a ideologia meritocrática, marcada pela gratidão em ser lembrada como trabalhadora, o que a afinava com a exploração a qual estava sujeita:

Fiquei feliz quando me chamaram para trabalhar de novo ali na casa da família como babá, sinal de que fiz um bom serviço (Participante C).

Percebe-se, pois, que para lidarem com a exploração da infância, que continua na idade adulta e que passa pelo machismo e racismo, usam de recursos internos. Para Oliveira e Mendes (2014), o trabalhador lida com seu sofrimento utilizando recursos defensivos, que podem ser individuais ou coletivos. As estratégias defensivas podem ser compreendidas como uma forma de refutação da realidade que gera sofrimento no trabalho, as quais não atuam para favorecer mudanças no trabalho, mas atuam, ao menos momentaneamente, como modo de manter a saúde, ao dificultar a assimilação que o indivíduo com ou sem trabalho. Portanto, são formas de agir de modo a proteger do sofrimento o aparelho psíquico, seja por causa das violências, ritmo, tarefas, porém impossibilitam com que o indivíduo se torne incapaz de pensar na transformação da organização do trabalho e na desconstrução dessas estratégias, se estas tomam a forma de uma ideologia defensiva.

Martins e Mendes (2012) apresentam, dentro da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento e a resistência como dois quesitos que não se separam da experiência de trabalhar e que surgem devido a organização do trabalho, ao se confrontar com a desigualdade, a falta de conhecimento e meios de dominação. Assim, de acordo com os relatos, foi possível relacionar o sofrimento das participantes com uma forma de resistência subjetiva, identificando-se a estratégia defensiva do conformismo, que pode tanto proteger o indivíduo, quanto o manter preso diante de seu sofrimento, quando se depara com o real e incapaz de se mobilizar.

Assim, ainda que seu uso ofereça algum controle sobre a vulnerabilidade psíquica, ocultar, diminuir ou negar o sofrimento no trabalho instiga a exposição aos riscos que são ignorados (Moraes, 2013), sendo a apropriação da ideologia defensiva capaz de alienar e adoecer.

Trabalhei no setor de limpeza em um prédio da cidade e não tive uma boa experiência, porque a chefe me humilhava e os outros funcionários. Aguentei até onde consegui, porque tinha muita pressão e humilhação, mas eu precisava do salário. Acabei pedindo demissão por causa da humilhação (Participante A).

Além disso, os relatos das participantes revelam como o ideário neoliberal se infiltra no cotidiano e produz subjetividades determinadas pela culpabilização individual, quanto a naturalização da desigualdade e a aceitação da falta de direitos. Em razão do exposto, o neoliberalismo, conforme Gasparotto *et al.* (2014), transforma a lógica social em fator naturalizante diante da desigualdade e responsabiliza o indivíduo pela sua exclusão. Esse discurso se relaciona com uma das falas das participantes:

Em Corumbá faltam vagas, pedem experiência, mas não dão oportunidades (Participante A).

Quando as participantes naturalizam esse tipo de situação, caem no contexto do conformismo, e não agem para conseguir uma mudança. Essa realidade se trata do pensamento moldado pelo neoliberalismo, que incentiva ao individualismo, e mesmo que a injustiça seja percebida, a ação coletiva não é produzida.

O conformismo observado nos relatos surge efeito de estratégia defensiva nessas mulheres ao transferir as responsabilidades à família. De acordo com Gasparotto *et al.* (2014), o neoliberalismo transfere as responsabilidades do Estado para a família. Desse modo, as mulheres internalizam sua interrupção nos estudos, e de trabalho e se voltam ao

pensamento de que essas escolhas foram escolhas feitas por elas mesmas, mas que na realidade, esse fato é voltado à estrutura social que obriga as mulheres para o exercício do cuidado doméstico.

Não corri atrás dos sonhos, pois vivi em função da família (Participante D).

A naturalização da sobrecarga doméstica é expressada como uma forma de servidão subjetiva ao ideário neoliberal e patriarcal, pois com o neoliberalismo, ao privar os direitos, colabora com a ideia de que o cuidado é um problema da família, e neste caso, da mulher. Assim, as mulheres aceitam a exaustão causada pela sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento.

A vida é difícil, preciso cuidar dos filhos e sem ter um emprego dificulta a vida, e mesmo tendo um emprego, ao voltar para casa ainda precisaria fazer o trabalho dentro de casa, e cuidar dos filhos. Se não tem emprego, fico em casa (Participante A).

Se eu não fizer, ninguém faz. Tenho a obrigação de cuidar da casa, mas não recebo um obrigada (Participante D).

Por fim, quando uma das participantes relata que permaneceu em um emprego em que a chefia realizava abusos, dialoga com a crítica de Gasparotto *et al* (2014), ao apontar para a precarização das condições de trabalho que levam as pessoas a suportar as humilhações no ambiente laboral, marcado novamente pelo neoliberalismo como fator que produz a culpa no indivíduo, ainda por ser um sistema que causa a precarização da classe trabalhadora, assim naturalizando essa exploração no mercado de trabalho.

Trabalhei no setor de limpeza em um prédio da cidade e não tive uma boa experiência, porque a chefe me humilhava e os outros funcionários. Aguentei até onde consegui, porque tinha muita pressão e humilhação, mas precisava do salário. Acabei pedindo demissão por causa da humilhação (Participante A).

Portanto, para Dejours (2011), esse tipo de estratégia de defesa compartilha da produção de uma negação diante da percepção daquilo que faz sofrer. O relato das participantes mostra como o ideário neoliberal e meritocrático faz com que os trabalhadores sejam marcados pelo conformismo, pois creem que essas responsabilidades devem ser aceitas por eles, por se tratar de um processo ideológico que normaliza as injustiças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das experiências de trabalho e desemprego das participantes evidencia como as desigualdades sociais, marcadas por questões de gênero, classe e raça, atravessam suas trajetórias, quanto aos seus modos de subjetivação. Nesse sentido, as falas mostram que a precarização do trabalho não é apenas entendida como a falta de seus direitos, mas se expressa através das vivências de sobrecarga, adoecimento, e de humilhação.

As temáticas relacionadas ao desemprego proporcionam uma importância significativa para a realização de estudos e pesquisas, por se tratarem de um fator crucial que contribui para a compreensão da precariedade social no contexto capitalista em que a sociedade está inserida. A partir disso, este estudo possibilitou compreender como o desemprego, ao ser atravessado por opressões de gênero, raça e classe, produz sofrimento e resistência entre mulheres periféricas, que acessam os serviços do CRAS da cidade de Corumbá-MS.

Essa pesquisa reforça que o desemprego feminino e racializado está ligado a um sistema histórico de desigualdades sociais, no qual mulheres pretas e pardas em situação de vulnerabilidade trabalham quando crianças, quando adultas se inserem em empregos precários que adoecem, arriscados e abusivos, até ficarem excluídas do mercado de trabalho. A partir daí, passam a exercer prioritariamente o trabalho reprodutivo, não se sentem contentes, mas se conformam.

A naturalização do trabalho doméstico e de cuidado, ainda visto como obrigação do papel da mulher, revela o peso da divisão sexual e racial do trabalho, as mantém ocupadas diante da marginalização sofrido por parte do mercado de trabalho formal. A interrupção dos estudos quando jovens, a falta de uma rede de apoio e a dependência financeira do cônjuge se moldam como barreiras que delimitam a autonomia dessas mulheres.

Além disso, a divisão sexual do trabalho se dirige como o eixo central da desigualdade vivenciada pelas participantes, pois as tarefas do ambiente doméstico e do mercado de trabalho, consideradas e destinadas ao público feminino, ainda são associadas ao cuidado, mesmo que desvalorizadas, invisibilizadas e precarizadas. Com isso, os relatos mostram que a lógica histórica influencia na inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, porém experienciadas com a culpa e a pressão relacionadas às suas famílias.

No sentido do desemprego, os sentimentos de insegurança, a perda de autonomia indica que não estar trabalhando produz formas de sofrimento, intensificando a centralidade que o trabalho ocupa na constituição da identidade. Nisto, a partir da Psicodinâmica do Trabalho, foi possível evidenciar, que embora o trabalho seja uma atividade central para a

constituição da identidade e subjetividade do sujeito, sua ausência e até mesmo sua precarização intensifica os sentimentos de culpa, vergonha, exclusão social, reforçando o sofrimento. Nesse contexto, a Clínica Psicodinâmica do Trabalho se mostra um instrumento de promoção da escuta, e reconstrução do sentido do trabalho na vida dos indivíduos, pois durante os encontros, as participantes reconheceram que seus sofrimentos fazem parte do coletivo, pois são frutos de um sistema que as oprime, porém não foi possível através dos grupos propiciar o despertar de transformação desse lugar que o conformismo ocupa em suas vidas.

Durante a realização da pesquisa, os relatos das participantes em relação ao trabalho no passado quanto ao desemprego no momento atual, foram possíveis de serem coletados inicialmente a partir da realização da linha de trajetória de vida. Em relação a esse instrumento, essa prática possibilitou compreender a maneira como cada pessoa vive e se transforma, como também entender a importância das relações e aspectos que trazem significado na vida do sujeito. Nesse instrumento se fez possível verificar como a história de cada indivíduo se remete ao contexto social e cultural que ele está inserido, ressignificando sua subjetividade por meio da narrativa.

Em relação a esses fatores, com as pessoas estando em coletivo, se torna possível que estas se encontrem em relação às suas histórias contadas, e que são nesses espaços em grupos que o sujeito pode considerar e refletir sobre temas e pontos que foram naturalizados e interiorizados.

Portanto, os encontros em grupo puderam mostrar que o espaço coletivo de fala e reflexão podem contribuir como um instrumento de ressignificação e fortalecimento, possibilitando para essas mulheres a expressão de suas dores, o reconhecimento de suas trajetórias, o compartilhamento de suas estratégias e a construção de vínculos sociais. Assim, conclui-se que o contexto vivido por essas mulheres, embora marcado por sofrimento, apontam para um desejo de autonomia, e de reconstrução de projetos de vida que permitam que sejam realizados com dignidade e com equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

AREOSA, João. O mundo do trabalho em (re) análise: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. **Laboreal**, v. 15, n. Nº2, 2019.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/15504>

ASSIS, Silvânia Elenir dos Santos; VIDAL, Paulo Henrique Ferreira. **A naturalização da inferioridade imposta a mulheres negras**: experiência vivida no campo de estágio do CRAS de Cachoeira do Campo. 2024. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/6538/3/MONOGRRAFIA_Naturaliza%c3%a7%c3%a3oInferioridadeImposta.pdf

BERTINI, Fatima Maria Araujo. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 60-69, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RX4JKfPnj63wjXRhCpjryRx/?format=pdf&lang=pt>

BORTOLETTI, Flavia et al. Trabalho doméstico escravo: da origem aos dias atuais. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. 2021. p. 941-959.

Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/2556/1815>

BRASIL. **Relatório anual socioeconômico da mulher**. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho- Raseam. 2025.

Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/view>

BRAZ, Matheus. **Trabalho, sociologia clínica e ação**: alternativas à individualização do sofrimento. Porto Alegre: Editora Fi. 2021.

Disponível em: <https://www.editorafi.org/119trabalho>

BUENO, Marcos; MACÊDO, Kátia Barbosa. A Clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 2, p. 306-318, 2012.

Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1010>

COELHO, Lina. **A invisibilidade das mulheres no discurso econômico. Reflexão crítica sobre os conceitos de trabalho, família, bem-estar e poder**. e-cadernos CES, n. 14, 2011.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/878>

DEJOURS, Christophe: **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

DEJOURS, Christophe et al. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: o estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. ampliada. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo, v. 1: sexualidade e Trabalho**. Editora Blucher, 2022.

DEJOURS, Christophe. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. **Psicologia em estudo**, v. 17, 2012.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Inserção da população negra no mercado de trabalho**: 2025. São Paulo: DIEESE, 2025.

Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2025/conscienciaNegraInfo.html>

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, São Paulo. v. 11, n. 21, p. 121-142, 2006.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35402107.pdf>

FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann. **Trabalho e gênero: condições de saúde das mulheres no setor de bijuterias e folheados**. Campinas, 2008.

FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann. Escuta clínica da servidão: em pauta o sofrimento de mulheres desempregadas. SOUSA-DUARTE, Fernanda; MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (Orgs.) **Psicopolítica e psicopatologia do trabalho**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 179-193.

FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann; NASCIMENTO, Bruna Rodrigues. Sofrimento psíquico-social de mulheres desempregadas no contexto de trabalho precarizado. **Estudos do Trabalho**, v. 8, n. 15. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/RRET%2015%2003.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2025.

FONTANA, Mónica G. Zoppi; CESTARI, Mariana Jafet. ". Cara de empregada doméstica. Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. **Inmediac. Comun**, Montevideo, v. 20, n. 2, e401, 2025.

Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-86262025000201401&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GASPAROTTO, Geovana; GROSSI, Patricia; VIEIRA, Monique. **O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos**. Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas, 2014, Brasil. 2014.

Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8153/2/evento_006%20-%20Patr%C3%A1cia%20Krieger%20Grossi.pdf

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 1, p. 223-244, 1984.

Disponível em: <https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/07/Gonzales-1984-Racismo-e-Sexismo-na-Cultura-Brasileira.pdf>

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (o conceito de). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251-255.

Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2024/ker goat-dan ielle-hirata-helena-dicionario-critico-do-feminismo-2009.pdf>

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária. **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, p. 43-54, 2004.

Disponível em: <https://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/Pol%C3%ADticas%20publicas%20e%20igualdade%20de%20genero.pdf#page=43>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2025.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desocupação recua em 18 unidades da federação no segundo trimestre de 2025**.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44246-desocupacao-recua-em-18-unidades-da-federacao-no-segundo-trimestre-de-2025>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Agência IBGE. Brasil, 2020.

KASSOUF, Ana Lúcia et al. Trabalho infantil: escolaridade x emprego. **Economia**, v. 2, n. 2, p. 549-586, 2001.

Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=KASSOUF%2C+Ana+L%C3%B3cia+et+al.+Trabalho+infantil%3A+escolaridade+x+emprego.+Economia%2C+v.+2%2C+n.+2%2C+p.+549-586%2C+2001.&btnG=

KERKHOFF, M. **Traçado da linha de vida**: somos o que fazemos da nossa história. São Leopoldo, Rio Grande do Sul. 2015.

Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5678/Marilene+Kerkhoff_.pdf?sequence=1

LANCMAN, Selma et al. Precarização do trabalho e sofrimento psíquico: ação em psicodinâmica do trabalho em um serviço de farmácia hospitalar universitário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, p. e33, 2019.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/66dhnQGYjJDBh57bXM66tHh/?format=pdf&lang=pt>

LEAL, Giuliana Franco. Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades. **Caderno CRH**, v. 24, p. 647-662, 2011.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/XJB53w78hXj9Ds3tXvw9Sx/?format=pdf&lang=pt>

LIMA, Manuela. Trabalho Infantil: aspectos de gênero e raça do trabalho precoce de crianças no Brasil. **Rev. do Trib. Reg. Trab.** 10 Região, Brasília, v. 28, n. 1, 2024.

Disponível em: <https://revista.trt10.jus.br/index.php/revista10/article/view/601/541>

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 189-206, 2010.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/74LqJhjnC74Kk9YCYZvBgBFw/?format=pdf&lang=pt>

MARTINS, Soraya Rodrigues; MENDES, Ana Magnólia. Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 171-183, 2012.

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-66572012000200004&script=sci_arttext

MARX, Karl. **O Capital**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Editora Boitempo Editorial, 2004.

MEDEIROS, Solene; MARTINS, Soraya; MENDES, Ana Magnólia. Sofrimento e defesa: análise psicodinâmica do trabalho de monitoramento aéreo de trânsito. **Trivium-Estudos Interdisciplinares**, v. 9, n. 1, p. 74-90, 2017.

Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v9n1/v9n1a08.pdf>

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Revista de economia contemporânea**, v. 13, p. 135-158, 2009.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/?format=pdf&lang=pt>

MENDES, Ana Magnólia. **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. **Cadernos de Psicologia Social do trabalho**, v. 12, n. 2, p. 141-156, 2009.

Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/25746/27479>

MORAES, Rosângela Dutra de. Estratégias defensivas. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 153-157

MORAES, Rosângela Dutra de Moraes; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal (org.). **Trabalho e emancipação**: a potência da escuta clínica. Curitiba: Juruá, 2015.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível**. Revista Temas em Educação, v. 23, n. 1, p. 95, 2014.

Disponível

em:

<https://www.proquest.com/openview/23ac2587640666ea1799b2197c7b1f00/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4514812>

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado do nascimento. São Paulo: Perspectiva, 2016

NASCIMENTO, Bruno; MUNIZ, Hélder. Mobilização subjetiva do sofrimento ao viver criativo no trabalho. **ECOS**. Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 9, n. 1. 2019.

Disponível em:

<http://periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2527>

NUNES DE OLIVEIRA, Juliana; MENDES, Ana Magnólia. Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: contribuições da psicodinâmica do trabalho. **Temas em Psicologia**, v. 22, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751528011.pdf>

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação**. Brasil. 2000. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+182+da+OIT+sobre+Proibi%C3%A7%C3%A3o+das+piores+formas+de+trabalho+infantil+e+A%C3%A7%C3%A3o+imediata+para+sua+elimina%C3%A7%C3%A3o>

PASTRELLO, Thauan; SILVA, Ruth. Ideologia e trabalho infantil. **Serviço Social em Debate**, v. 5, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/view/6334/4110>

SANTOS, Maria Rita Ferreira dos; FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann. Descaminhos, medo e violência no trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei. In: MARTINS, Bárbara Amaral Martins; Rückert, Fabiano Quadros; SANTOS, Fabiano Antonio (Org.). **Temas e práticas em educação social no estado de Mato Grosso do Sul**. Curitiba: CRV, 2020. p. 217-232.

SANTOS JÚNIOR, Luiz; CHOY, Marco. Da naturalização da cultura do trabalho infantil e da educação em direitos humanos como mecanismo de transformação social. **Revista de Direito-Trabalho, Sociedade e Cidadania**, v. 13, n. 13, p. 124-139, 2022. Disponível em: <https://revista.iesb.br/revista/index.php/ojsiesb/article/view/167/142>

SEGNINI, Liliana R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf#page=31>

SILVA, Francléia Oliveira et al. O trabalho invisível e a desigualdade de gênero: a realidade da dupla jornada feminina. **ARACÊ**, v. 7, n. 6, p. 30314-30330, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5705/8168>

SILVA, Carla et al. **Trabalho infantil doméstico: perfil e vivência de meninas trabalhadoras em São Luís**. 2009. Disponível em: <https://tede2.ufma.br/jspui/bitstream/tede/829/1/CARLA%20CECILIA%20SERRAO%20SILVA.pdf>

SILVA, Caroline Rodrigues; SILVA, Louise Rodrigues; SILVA, Filipe Augusto Rodrigues. Neoliberalismo “à brasileira”: “quem tem tudo menos cor, onde cor importa demais”. **Revista Gestão & Conexões**, v. 11, n. 1, p. 125-142, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8509825>

SOUSA, Olívia; ALBERTO, Maria. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. **Psicologia em estudo**, v. 13, p. 713-722, 2008.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/58yGDzFsDxq4H5LjBWGs3Rj/?format=pdf&lang=pt>

UNICEF. **Perspectivas e percepções sobre o trabalho infantil na Iniciativa Crescer com Proteção (CCP)**. Notas para Reflexão. São Paulo. 2020.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen; TUMOLO, Paulo Sergio. A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, p. 327-344, 2004.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/dpGWnRCX8Gwjn6ZD5NjJHrz/?format=pdf&lang=pt>